

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	10
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	11
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	19
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	49
Proposta de Orçamento de Capital	50
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	51

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	52
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2010	Ordinária		0,06407
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2010	Preferencial	Preferencial Classe A	0,06407
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2010	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2010	Preferencial	Preferencial Classe C	0,06407
Assembléia Geral Ordinária	07/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	03/12/2010	Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,01778
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,03669
Reunião do Conselho de Administração	22/12/2010	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	1.418.978	1.444.131	1.465.086
1.01	Ativo Circulante	41.437	61.891	57.038
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.912	6.152	8.094
1.01.03	Contas a Receber	12.526	31.707	23.550
1.01.03.01	Clientes	537	520	535
1.01.03.01.01	Concessionárias	537	520	535
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.989	31.187	23.015
1.01.03.02.01	Rendas a receber	11.989	30.628	22.500
1.01.03.02.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	559	515
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.201	23.971	25.314
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.201	23.971	25.314
1.01.07	Despesas Antecipadas	725	18	5
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73	43	75
1.01.08.03	Outros	73	43	75
1.02	Ativo Não Circulante	1.377.541	1.382.240	1.408.048
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.805	4.742	3.907
1.02.01.03	Contas a Receber	620	403	128
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	620	403	128
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.185	4.039	3.779
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.185	4.039	3.779
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	300	0
1.02.03	Imobilizado	1.344.399	1.349.473	1.375.198
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.309.261	1.319.595	1.346.129
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	35.138	29.878	29.069
1.02.04	Intangível	27.337	28.025	28.943
1.02.04.01	Intangíveis	27.337	28.025	28.943
1.02.04.01.02	Direito de Concessão - Utilização do Bem Público	14.252	14.901	15.548
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	515	662	638
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.570	12.462	12.757

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	1.418.978	1.444.131	1.465.086
2.01	Passivo Circulante	177.754	166.790	206.031
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.324	758	616
2.01.01.01	Obrigações Sociais	210	192	164
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.114	566	452
2.01.02	Fornecedores	2.029	3.270	2.068
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.029	3.270	2.068
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.487	40.515	39.143
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.455	40.163	39.111
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	30.410	29.981	35.425
2.01.03.01.02	Outros	4.045	10.182	3.686
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	19	350	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	13	2	30
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.482	88.577	94.286
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.490	55.268	60.168
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.490	55.268	60.168
2.01.04.02	Debêntures	33.992	33.309	34.118
2.01.05	Outras Obrigações	30.265	33.670	69.918
2.01.05.02	Outros	30.265	33.670	69.918
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26.496	29.318	65.438
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	3.370	3.996	3.735
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	144	133	415
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	255	223	330
2.01.06	Provisões	9.167	0	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.449	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	3.718	0	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.718	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	219.866	294.268	333.600
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	123.617	214.712	296.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	123.617	182.395	232.153
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	123.617	182.395	232.153
2.02.01.02	Debêntures	0	32.317	64.573
2.02.02	Outras Obrigações	82.081	77.609	32.648
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	48.909	43.220	0
2.02.02.02	Outros	33.172	34.389	32.648
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	0	0	1.277
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	17	0	0
2.02.02.02.05	Uso do bem público	33.155	34.389	31.371
2.02.04	Provisões	14.168	1.947	4.226
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	1.269	3.536
2.02.04.02	Outras Provisões	14.168	678	690
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	14.168	678	690
2.03	Patrimônio Líquido	1.021.358	983.073	925.455
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459	730.849
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473	92.832
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473	14.473
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	78.359
2.03.04	Reservas de Lucros	202.426	106.019	47.923
2.03.04.01	Reserva Legal	17.772	11.450	6.695
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	90.085	0	0
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.569	94.569	41.228
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	58.122	53.851

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.500	214.704	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-46.683	-44.626	0
3.03	Resultado Bruto	143.817	170.078	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.934	-16.724	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-304	-331	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.003	-15.571	0
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-12.588	-15.166	0
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-415	-405	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.627	-822	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	128.883	153.354	0
3.06	Resultado Financeiro	-31.219	-24.270	0
3.06.01	Receitas Financeiras	7.059	7.210	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-38.278	-31.480	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	97.664	129.084	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-29.350	-29.717	0
3.08.01	Corrente	-30.496	-29.977	0
3.08.02	Diferido	1.146	260	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.314	99.367	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.314	99.367	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	44,43000	64,63000	0,00000
3.99.01.02	PNA	1,80000	2,62000	0,00000
3.99.01.03	PNB	0,57000	0,83000	0,00000
3.99.01.04	PNC	11,84000	17,22000	0,00000
3.99.01.05	PNR	28,23000	41,06000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	44,43000	64,63000	0,00000
3.99.02.02	PNA	1,80000	2,62000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.02.03	PNB	0,57000	0,83000	0,00000
3.99.02.04	PNC	11,84000	17,22000	0,00000
3.99.02.05	PNR	28,23000	41,06000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	136.100	146.622	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	126.453	159.988	0
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	68.314	99.367	0
6.01.01.02	Concessionárias	0	1	0
6.01.01.03	Imposto de renda contribuições sociais diferidos, líquidos	-1.146	-260	0
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	36.350	35.894	0
6.01.01.05	Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	134	90	0
6.01.01.06	Despesas pagas antecipadamente	-825	368	0
6.01.01.07	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	22.846	18.992	0
6.01.01.08	Uso do bem público	-1.937	4.309	0
6.01.01.09	Provisões	1.624	581	0
6.01.01.10	Licenças ambientais	1.033	0	0
6.01.01.11	Encargos regulamentares e setoriais - provisão a atualização monetária	60	60	0
6.01.01.12	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	0	-44	0
6.01.01.13	Outros	0	630	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	9.647	-13.366	0
6.01.02.01	Concessionárias	-17	-8.113	0
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-230	1.343	0
6.01.02.03	Cauções e depósitos vinculados	342	-380	0
6.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	418	-313	0
6.01.02.05	Outros créditos	-30	41	0
6.01.02.06	Rendas a receber	18.639	0	0
6.01.02.07	Fornecedores	-1.241	1.202	0
6.01.02.08	Impostos e contribuições sociais correntes	-8.131	-5.457	0
6.01.02.09	Outras obrigações	-103	-338	0
6.01.02.10	Encargos regulamentares e setoriais	0	-1.351	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.246	-12.198	0
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-11.246	-12.198	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-127.094	-136.366	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.01	Partes relacionadas	5.689	0	0
6.03.02	AFAC's	0	6.977	0
6.03.03	Dividendos pagos	-30.747	-24.182	0
6.03.04	Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos	10.000	0	0
6.03.05	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	-112.036	-119.161	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.240	-1.942	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.152	8.094	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.912	6.152	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-30.029	0	-30.029
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.029	0	-30.029
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.314	0	68.314
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.314	0	68.314
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	96.407	-96.407	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	96.407	-96.407	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	730.849	14.473	47.923	53.851	0	847.096
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	730.849	14.473	47.923	53.851	0	847.096
5.04	Transações de Capital com os Sócios	73.610	0	0	-37.000	0	36.610
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-37.000	0	-37.000
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital - AGEO de 07/04/2009	73.610	0	0	0	0	73.610
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.367	0	99.367
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.367	0	99.367
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	58.096	-58.096	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	58.096	-58.096	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	106.019	58.122	0	983.073

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	876.458	14.473	47.923	0	0	938.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-145.609	0	0	53.851	0	-91.758
5.02.01	Ajuste adoção das novas práticas	-145.609	0	0	50.072	0	-95.537
5.02.02	Imposto de renda e contribuição social	0	0	0	3.779	0	3.779
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	730.849	14.473	47.923	53.851	0	847.096
5.07	Saldos Finais	730.849	14.473	47.923	53.851	0	847.096

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	209.974	236.670	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	209.978	236.671	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4	-1	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.971	-16.353	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.445	-1.475	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.949	-11.095	0
7.02.04	Outros	-3.577	-3.783	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	193.003	220.317	0
7.04	Retenções	-36.350	-35.894	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.350	-35.894	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	156.653	184.423	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.059	7.210	0
7.06.02	Receitas Financeiras	7.059	7.210	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	163.712	191.633	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	163.712	191.633	0
7.08.01	Pessoal	8.066	7.027	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.358	5.510	0
7.08.01.02	Benefícios	1.290	1.102	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	418	415	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.690	53.140	0
7.08.02.01	Federais	48.480	53.115	0
7.08.02.02	Estaduais	189	16	0
7.08.02.03	Municipais	21	9	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.642	32.099	0
7.08.03.01	Juros	38.278	31.480	0
7.08.03.02	Aluguéis	364	619	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	68.314	99.367	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	15.000	37.000	0
7.08.04.02	Dividendos	15.029	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.285	62.367	0

A Administração da Investco S.A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e Fluxo de Caixa, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2010, a energia gerada totalizou 4.525 GWh, cerca de 98,09% da energia assegurada anual de 4.613 GWh, muito próxima ao resultado de 2009 (Total gerada 4.545 GWh) que foi o maior resultado desde quando ela entrou em operação. A Usina apresentou um alto índice de disponibilidade, atingindo a média anual de 95,00%, bem acima da disponibilidade exigida no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Investco S.A registrou uma Receita Operacional Bruta de R\$210 milhões em 2010 e R\$236,7 milhões em 2009, o que representa uma redução de 11,3%, o decréscimo verificado de R\$26,7 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste), sobre o cálculo do arrendamento de 2009. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às empresas acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. O endividamento financeiro, composto de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, que era de R\$ 303,3 milhões em 2009 (sendo que R\$83,5 milhões correspondem a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) passou a ser R\$224,1 milhões em 2010 (R\$80,8 milhões referente ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39), decorrente da amortização do período que resultou na redução de 26,1%.

O EBTIDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) diminuiu 13% em relação ao ano de 2009, passando de R\$189,2 milhões para R\$165,2 milhões, em decorrência da aplicação do CA sobre o arrendamento, representando 13,3% de redução sobre a receita líquida. O resultado do serviço diminuiu 16% passando de R\$153,3 milhões em 2009 para R\$128,8 milhões em 2010, influenciado principalmente pela redução da Receita Operacional Bruta. O Lucro da empresa teve uma redução de 31,3% com adoção dos CPC's 25 e 39 passando de R\$99 milhões para R\$ 68 milhões. Os Investimentos em 2010 foram de R\$15 milhões, sendo R\$4,8 milhões referentes a Investimentos em Meio Ambiente, além disso, com a adoção do CPC25 ao longo do ano de 2010, houve uma adição de R\$15 milhões de reais referente às provisões de licenças ambientais o que demonstra o nosso comprometimento com a preservação Ambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A gestão da responsabilidade sócio-ambiental, em 2010, posicionou a Investco S.A novamente no cenário tocantinense como uma importante promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental. Ao interagir com a comunidade a empresa aposta na educação como caminho para uma sociedade sustentável, que opta pelo desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais.

Os Investimentos sócio-ambientais focam o uso múltiplo do reservatório e o desenvolvimento das comunidades em seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino superior, vários projetos foram executados.

Relatório de Administração / Comentário do Desempenho

Central de Atendimento - A Investco S.A mantém um canal de diálogo aberto com toda a comunidade, através de sua Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita – 0800 6463443, além de seus atendimentos constantes através de técnicos, à comunidade do entorno do reservatório. Garantir uma comunicação clara e transparente que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos é uma forma de trocar conhecimento e experiências, melhorando sempre nosso processo de gestão empresarial.

Site - Ferramenta permanente que promove o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e mundial. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa e setor elétrico.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Tais publicações buscam ampliar a comunicação entre todos os públicos e não somente com a comunidade do entorno. Divulgando as ações realizadas pela empresa (do Anexo de publicações realizadas no período de fevereiro a setembro de 2010).

Vídeo Institucional divulgando as ações executadas no âmbito dos PBAs - Elaboração de vídeo institucional que visa levar à comunidade informações referentes aos programas ambientais de forma didática. De abril a junho, o material foi veiculado 45 vezes na Rede Globo de Televisão.

Divulgação em rádio - O rádio é uma das ferramentas mais utilizadas até os dias de hoje. A veiculação em rádio ocorre em rádio regional, como também em rádios comunitárias para divulgação de ações que são desenvolvidas pela Investco S.A.. A emissora Araguaia FM veiculou, entre julho de 2009 e fevereiro deste ano, dez spots com dicas de preservação do meio ambiente por dia. A programação voltou no período de julho a outubro de 2010, com o mesmo volume de informações.

Comerciais Televisivos - Esta ferramenta é utilizada na veiculação para divulgação das ações que são desenvolvidas pela Investco. Foram veiculados dois comerciais na Rede Globo de Televisão, sendo um em junho, na época do Fórum do Lago, e outro em agosto, em decorrência do projeto de educação ambiental Aniversário do Lago. O comercial sobre o Fórum do Lago foi ao ar entre 15 e 30 de junho, sendo veiculado dez vezes por dia. Já o do Aniversário do Lago foi veiculado entre 25 de julho e 7 de agosto, 5 vezes por dia.

Atendimentos Coletivos e Individuais - Ferramentas de suma importância, que são realizadas de acordo com a solicitação da comunidade para esclarecimento de alguma demanda específica. Estes atendimentos compreendem a visita na comunidade, juntamente com um técnico da área de meio ambiente.

PROJETOS PATROCINADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Letras de Luz - O Letras de Luz, projeto de incentivo à leitura, realizado pela Fundação Víctor Civita e patrocinado pela Investco S.A., por meio do Instituto EDP, trabalha com a capacitação e apresentações teatrais, oficinas de fomento à leitura e a doação de acervo literário a bibliotecas dos municípios envolvidos. No Tocantins, o projeto beneficia os municípios de Palmas, Lajeado, Porto Nacional e Miracema.

Salão do Livro - Em 2010, o projeto esteve presente na 6ª edição do Salão do Livro, considerado o maior evento literário da região norte do país, com um estande de contação de histórias e distribuição de material informativo do projeto.

EDP nas Escolas - Promovendo a educação, a Investco S.A., por meio do Instituto EDP, desenvolve o Programa EDP nas Escolas, iniciativa social que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, são 280 alunos beneficiados, no município de Lajeado, por meio da distribuição de kits escolares, concurso de Arte com Energia, campanha da saúde bucal, teatro nas escolas, além do apoio a projetos que já fazem parte do calendário de atividades das instituições de ensino.

Projeto de Educação Ambiental - Aniversário do Lago - O projeto Aniversário do Lago busca a conscientização ambiental e os usos múltiplos do reservatório de forma sustentável, sempre através de uma gestão participativa, por meio de atividades de educação ambiental, oficinas, cultura, esporte e lazer. Na nona edição, em 2010, o Aniversário do Lago atingiu mais de 20 mil pessoas. A programação contou com a companhia de Teatro a Bordo, apresentações de manifestações culturais locais, exibição de curtas metragens brasileiros, Campeonato Brasileiro de Canoagem Maratona, Copa Centro-Oeste de Triathlon e o Enduro a pé. O evento percorreu as localidades de Palmas, Reassentamento Luzimangues (no município de Porto Nacional, Tocantínia), Miracema, Lajeado, Brejinho de Nazaré, Ipueiras e Porto Nacional.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CULTURA

Premio EDP nas Artes - A Investco S.A. e o Instituto EDP trouxeram para Palmas a capacitação de jovens artistas para participação do Premio EDP nas artes. A capacitação foi realizada com fotógrafos, artesões e artistas plásticos. O propósito do curso foi à atualização dos artistas tocantinenses.

Projetos de cunho Social

CEDECA - A parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA desenvolve os projetos:

Tecendo a Paz - O objetivo do programa é capacitar 1.300 pessoas, em 17 municípios em todo o Estado, para abordagem no contexto escolar sobre a violência contra a criança e o adolescente.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

O projeto de Capacitação e Valorização de 500 crianças e adolescentes do município de Porto Nacional é desenvolvido pela COMSAÚDE, por meio de atividades sócio culturais, educacionais e geração de renda. O projeto tem como foco, também, estabelecer e estruturar o fluxo do atendimento jurídico às crianças, adolescentes e famílias vítimas da exploração sexual.

COMSAÚDE - O projeto de Capacitação e Valorização de 500 crianças e adolescentes do município de Porto Nacional é desenvolvido pela COMSAÚDE, por meio de atividades sócio culturais, educacionais e geração de renda.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a Investco informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram àqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Conselheiros, Clientes, Governos Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores, Prestadores de serviços, Credores e em especial aos Colaboradores, por mais um ano de realizações.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



Empresa: Investco

1 - Base de Cálculo		2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais) ¹		
Receita líquida (RL)		190.500			214.704		
Resultado operacional (RO)		97.664			129.084		
Folha de pagamento bruta (FPB)		8.071			6.736		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		719	8,91%	0,38%	496	7,36%	0,23%
Encargos sociais compulsórios		1.910	23,66%	1,00%	1.788	26,54%	0,83%
Previdência privada		17	0,21%	0,01%	2	0,03%	0,00%
Saúde		508	6,29%	0,27%	587	8,71%	0,27%
Segurança e saúde no trabalho		30	0,37%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Educação		16	0,20%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		126	1,56%	0,07%	60	0,89%	0,03%
Creches ou auxílio-creche		0	0,00%	0,00%	11	0,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		908	11,25%	0,48%	160	2,38%	0,07%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		17	0,21%	0,01%	11	0,16%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos		4.251	52,67%	2,23%	3.115	46,24%	1,45%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		196	0,20%	0,10%	262	0,20%	0,12%
Cultura		0	0,00%	0,00%	400	0,31%	0,19%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte		103	0,11%	0,05%	161	0,12%	0,07%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		0	0,00%	0,00%	4	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade		299	0,31%	0,16%	827	0,64%	0,39%
Tributos (excluídos encargos sociais) ¹		47.178	48,31%	24,77%	51.767	40,10%	24,11%
Total - Indicadores sociais externos		47.477	48,61%	24,92%	52.594	40,74%	24,50%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		1.450	1,48%	0,76%	4.097	3,17%	1,91%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		1.450	1,48%	0,76%	4.097	3,17%	1,91%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período ²		90			85		
Nº de admissões durante o período		3			15		
Nº de empregados(as) terceirizados(as) 1		0			42		
Nº de estagiários(as)		2			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		15			11		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		17			20		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		14%			16%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		2			4		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		12			12		
Número total de acidentes de trabalho		1			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> to dos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> to dos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> to dos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2010: 163.712			Em 2009¹: 191.633		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		30% governo 18% acionistas	5% colaboradores(as) 24% terceiros	23% retido	28% governo 19% acionistas	4% colaboradores(as) 17% terceiros	32% retido
7 - Outras Informações							
(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.							
(1) Reajustados de acordo com a norma IFRS (Receita Líquida, Resultado Operacional, Tributos e DVA 2009).							
(2) Em 2010 está sendo considerado a quantidade de colaboradores e conselheiros.							
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.							
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.							
Informações não auditadas.							
Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).							

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			Ajustado	Ajustado
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.912	6.152	8.094
Rendas a receber	6	11.989	30.628	22.500
Concessionárias	5	537	520	535
Impostos e contribuições sociais	7	24.201	23.971	25.314
Cauções e depósitos vinculados	10		559	515
Despesas pagas antecipadamente		725	18	5
Outros créditos		73	43	75
		<u>41.437</u>	<u>61.891</u>	<u>57.038</u>
Não circulante				
Concessionárias	5			1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	5.185	4.039	3.779
Cauções e depósitos vinculados	10	620	403	127
Despesas pagas antecipadamente			300	
		<u>5.805</u>	<u>4.742</u>	<u>3.907</u>
Imobilizado	11	1.344.399	1.349.473	1.375.198
Intangível	12	27.337	28.025	28.943
		<u>1.371.736</u>	<u>1.377.498</u>	<u>1.404.141</u>
Total do ativo		<u>1.418.978</u>	<u>1.444.131</u>	<u>1.465.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			Ajustado	Ajustado
Fornecedores	13	2.029	3.270	2.068
Impostos e contribuições sociais	7	34.487	40.515	39.143
Dividendos	22	26.496	29.318	65.438
Debêntures	14	33.992	33.309	34.118
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	66.490	55.268	60.168
Obrigações estimadas com pessoal	18	1.324	758	616
Encargos regulamentares e setoriais	16	144	133	415
Uso do bem público	17	3.370	3.996	3.735
Provisões	19	9.167		
Outras contas a pagar		255	223	330
		<u>177.754</u>	<u>166.790</u>	<u>206.031</u>
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais	7			1.277
Debêntures	14		32.317	64.573
Empréstimos e financiamentos	15	123.617	182.395	232.153
Partes relacionadas	9	48.909	43.220	
Encargos regulamentares e setoriais	16	17		
Uso do bem público	17	33.155	34.389	31.371
Provisões	19	14.168	1.947	4.226
		<u>219.866</u>	<u>294.268</u>	<u>333.600</u>
Patrimônio Líquido				
Capital social	21.1	804.459	804.459	730.849
Reservas de capital	21.3.1	14.473	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3.2	202.426	106.019	47.923
Ajustes de avaliação patrimonial				
Ações em tesouraria				
Lucros acumulados			58.122	53.851
		<u>1.021.358</u>	<u>983.073</u>	<u>847.096</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital				78.359
		<u>1.021.358</u>	<u>983.073</u>	<u>925.455</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.418.978</u>	<u>1.444.131</u>	<u>1.465.086</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
		<i>Ajustado</i>
Receita operacional líquida	23 190.500	214.704
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(112)	(85)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.200)	(1.254)
	24 <u>(1.312)</u>	<u>(1.339)</u>
Custo de operação		
Pessoal	(5.015)	(4.318)
Materiais e serviços de terceiros	(4.329)	(3.468)
Depreciações e amortizações	(35.935)	(35.489)
Outros custos de operação	(92)	(12)
	24 <u>(45.371)</u>	<u>(43.287)</u>
	<u>(46.683)</u>	<u>(44.626)</u>
Lucro bruto	<u>143.817</u>	<u>170.078</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(304)	(331)
Despesas gerais e administrativas	(12.588)	(15.166)
Depreciações e amortizações	(415)	(405)
Outras despesas operacionais	(1.627)	(822)
	24 <u>(14.934)</u>	<u>(16.724)</u>
Resultado do serviço	<u>128.883</u>	<u>153.354</u>
Receitas financeiras	7.059	7.210
Despesas financeiras	(38.278)	(31.480)
Resultado financeiro	25 <u>(31.219)</u>	<u>(24.270)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>97.664</u>	<u>129.084</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.496)	(29.977)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.146	260
	26 <u>(29.350)</u>	<u>(29.717)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>68.314</u>	<u>99.367</u>
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	<u>86,87</u>	<u>126,36</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	876.458	14.473	47.923	-	938.854
Ajuste adoção das novas práticas	(145.609)			50.072	(95.537)
Imposto de renda e contribuição social				3.779	3.779
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)	730.849	14.473	47.923	53.851	847.096
Adiantamento para futuro aumento de capital - AGEO de 07/04/2009	73.610				73.610
Lucro líquido do exercício				99.367	99.367
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			4.755	(4.755)	-
Reserva de retenção de lucros			53.341	(53.341)	-
Dividendos propostos				(37.000)	(37.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	804.459	14.473	106.019	58.122	983.073
Lucro líquido do exercício				68.314	68.314
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			6.322	(6.322)	-
Reserva de retenção de lucros			90.085	(90.085)	-
Dividendos propostos				(30.029)	(30.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	804.459	14.473	202.426	-	1.021.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Depreciações e amortizações	36.350	35.894
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	134	90
Despesas pagas antecipadamente	(825)	368
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	22.846	18.992
Outros créditos	(1.937)	4.309
Provisões	1.624	581
Licenças Ambientais	1.033	
Encargos regulamentares e setoriais - Provisão a atualização monetária	60	60
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(44)
Outros		630
	<u>126.453</u>	<u>159.988</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Concessionárias	(17)	(8.113)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(230)	1.343
Cauções e depósitos vinculados	342	(380)
Despesas pagas antecipadamente	418	(313)
Outros créditos	(30)	41
Rendas a receber	18.639	
	<u>19.122</u>	<u>(7.422)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.241)	1.202
Impostos e contribuições sociais correntes	(8.131)	(5.457)
Outras obrigações	(103)	(338)
Encargos regulamentares e setoriais		(1.351)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>136.100</u>	<u>146.622</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(11.246)	(12.198)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(11.246)</u>	<u>(12.198)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	5.689	
AFAC's		6.977
Dividendos (pagos) recebidos	(30.747)	(24.182)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos	10.000	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(112.036)	(119.161)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(127.094)</u>	<u>(136.366)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.240)</u>	<u>(1.942)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.912	6.152
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.152	8.094
	<u>(2.240)</u>	<u>(1.942)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(-) Insumos adquiridos de terceiros	(16.971)	(16.353)
Custos da energia comprada	(123)	(94)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.322)	(1.381)
Materiais	(900)	(711)
Serviços de terceiros	(11.049)	(10.384)
Outros custos operacionais	(3.577)	(3.783)
Valor adicionado bruto	193.003	220.317
Retenções		
Depreciações e amortizações	(36.350)	(35.894)
Valor adicionado líquido produzido	156.653	184.423
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.059	7.210
Valor adicionado total a distribuir	163.712	191.633
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.358	5.510
Benefícios	1.290	1.102
FGTS	418	415
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	48.480	53.115
Estaduais	189	16
Municipais	21	9
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	38.278	31.480
Aluguéis	364	619
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	15.000	37.000
Dividendos	15.029	
	125.427	129.266
Lucros retidos	38.285	62.367
	163.712	191.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco"), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Companhia titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, a Companhia tem duas fontes de receitas: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante o exercício de 2009 e 2010, estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

Notas Explicativas

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela Aneel.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

e) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças Ambientais (Notas 11 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

Notas Explicativas

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Uso do Bem Público (Nota 17)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

o) Dividendos (Nota 22)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

q) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

r) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

s) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Notas Explicativas

t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Anterior- mente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.094		8.094
Rendas a receber	22.500		22.500
Concessionárias	535		535
Impostos e contribuições sociais	25.314		25.314
Cauções e depósitos vinculados	515		515
Despesas pagas antecipadamente	5		5
Outros créditos	163	(88)	75
	<u>57.126</u>	<u>(88)</u>	<u>57.038</u>
Não circulante			
Concessionárias	1		1
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.779	3.779
Cauções e depósitos vinculados	127		127
	<u>128</u>	<u>3.779</u>	<u>3.907</u>
Imobilizado	1.374.508	690	1.375.198
Intangível	13.395	15.548	28.943
	<u>1.387.903</u>	<u>16.238</u>	<u>1.404.141</u>
Total do ativo	<u>1.445.157</u>	<u>19.929</u>	<u>1.465.086</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	2.068		2.068
Impostos e contribuições sociais	39.143		39.143
Dividendos	69.808	(4.370)	65.438
Debêntures	33.787	331	34.118
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.168		60.168
Obrigações estimadas com pessoal	704	(88)	616
Encargos regulamentares e setoriais	415		415
Uso do bem público		3.735	3.735
Outras contas a pagar	330		330
	<u>206.423</u>	<u>(392)</u>	<u>206.031</u>
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	1.277		1.277
Debêntures	63.608	965	64.573
Empréstimos e financiamentos	153.100	79.053	232.153
Uso do bem público		31.371	31.371
Provisões	3.536	690	4.226
	<u>221.521</u>	<u>112.079</u>	<u>333.600</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	876.458	(145.609)	730.849
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	47.923		47.923
Lucros acumulados		53.851	53.851
	<u>938.854</u>	<u>(91.758)</u>	<u>847.096</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	78.359		78.359
	<u>1.017.213</u>	<u>(91.758)</u>	<u>925.455</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.445.157</u>	<u>19.929</u>	<u>1.465.086</u>

Notas Explicativas

3.2 Reconciliação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Anterior- mente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.152		6.152
Rendas a receber	30.628		30.628
Concessionárias	520		520
Impostos e contribuições sociais	23.971		23.971
Cauções e depósitos vinculados	559		559
Despesas pagas antecipadamente	18		18
Outros créditos	122	(79)	43
	<u>61.970</u>	<u>(79)</u>	<u>61.891</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.039	4.039
Cauções e depósitos vinculados	403		403
Despesas pagas antecipadamente	300		300
	<u>703</u>	<u>4.039</u>	<u>4.742</u>
Imobilizado	1.349.140	333	1.349.473
Intangível	13.124	14.901	28.025
	<u>1.362.264</u>	<u>15.234</u>	<u>1.377.498</u>
Total do ativo	<u>1.424.937</u>	<u>19.194</u>	<u>1.444.131</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	3.270		3.270
Impostos e contribuições sociais	40.630	(115)	40.515
Dividendos	34.038	(4.720)	29.318
Debêntures	32.950	359	33.309
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.268		55.268
Obrigações estimadas com pessoal	837	(79)	758
Encargos regulamentares e setoriais	454	(321)	133
Uso do bem público		3.996	3.996
Outras contas a pagar	223		223
	<u>167.670</u>	<u>(880)</u>	<u>166.790</u>
Não circulante			
Debêntures	31.664	653	32.317
Empréstimos e financiamentos	98.828	83.567	182.395
Partes relacionadas	43.220		43.220
Uso do bem público		34.389	34.389
Provisões	1.269	678	1.947
	<u>174.981</u>	<u>119.287</u>	<u>294.268</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	961.794	(157.335)	804.459
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	106.019		106.019
Lucros acumulados		58.122	58.122
	<u>1.082.286</u>	<u>(99.213)</u>	<u>983.073</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.424.937</u>	<u>19.194</u>	<u>1.444.131</u>

Notas Explicativas

3.3 Reconciliação da Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2009

	Anterior- mente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Receita operacional			
Arrendamento	230.628		230.628
Suprimento de energia elétrica	5.192		5.192
Outras receitas operacionais	851		851
	<u>236.671</u>		<u>236.671</u>
Dedução da Receita Operacional			
Pesquisa e desenvolvimento	(53)		(53)
Impostos e contribuições sobre a receita	(21.914)		(21.914)
	<u>(21.967)</u>		<u>(21.967)</u>
Receita operacional líquida	<u>214.704</u>		<u>214.704</u>
Custo do serviço de energia elétrica			-
Custo com energia elétrica			-
Energia elétrica comprada para revenda	(85)		(85)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(1.254)		(1.254)
	<u>(1.339)</u>		<u>(1.339)</u>
Custo de operação			
Pessoal	(4.318)		(4.318)
Materiais e serviços de terceiros	(3.468)		(3.468)
Depreciações e amortizações	(34.827)	(662)	(35.489)
Outros custos de operação	(12)		(12)
	<u>(42.625)</u>	<u>(662)</u>	<u>(43.287)</u>
	<u>(43.964)</u>	<u>(662)</u>	<u>(44.626)</u>
Lucro operacional bruto	<u>170.739</u>	<u>(662)</u>	<u>170.078</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(331)		(331)
Despesas gerais e administrativas	(14.822)	(344)	(15.166)
Depreciações e amortizações	(405)		(405)
Outras despesas operacionais	(2.173)	1.351	(822)
	<u>(17.731)</u>	<u>1.007</u>	<u>(16.724)</u>
Resultado do serviço	<u>153.008</u>	<u>345</u>	<u>153.354</u>
Receitas financeiras	2.490		2.490
Despesas financeiras	(30.309)	3.549	(26.760)
Resultado financeiro	<u>(27.819)</u>	<u>3.549</u>	<u>(24.270)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>125.189</u>	<u>3.894</u>	<u>129.084</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.094)	117	(29.977)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		260	260
	<u>(30.094)</u>	<u>377</u>	<u>(29.717)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>95.095</u>	<u>4.271</u>	<u>99.367</u>

Notas Explicativas

Descrição dos principais ajustes que afetaram as Demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não circulante

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a : (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; e (II) baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes ao reconhecimento de um direito de concessão por conta das contratos de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo

Circulante e Não circulante

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Debêntures: o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear, após a adoção do CPC 08, a amortização desses custos passaram a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Imposto de renda e contribuição social correntes: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPC's.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPC's.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: ajustes referentes a: (i) reclassificação das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia, por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; e (ii) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Uso do bem público: reconhecimento das obrigações relacionadas aos contratos de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38;

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

Patrimônio líquido

Capital Social: reclassificação das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

Lucros acumulados: Os ajustes efetuados referem-se principalmente a: (i) constituição da remuneração de longo prazo das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão Investco SA por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; (ii) efeito da atualização financeira da provisão referente à UBP (uso do bem público) e amortização do ativo intangível relativo associado, em virtude da aplicação do CPC 25 e (iii) reconhecimento de imposto de renda diferido ativo e passivo em contra partida dos ajustes descritos.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da depreciação do Imobilizado das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; e (vi) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

4

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Bancos conta movimento	3.912	1.583
Aplicações financeiras - renda fixa	—	4.569
Total	<u>3.912</u>	<u>6.152</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras de 2009 referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 101% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Notas Explicativas

5 Concessionárias

	Saldo a vencer	PCLD	Saldo líquido em	Saldo líquido em
			31/12/2010	31/12/2009
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	445		445	454
Energia de curto prazo	41		41	12
Encargos de uso da rede elétrica	51		51	54
Total Circulante	537	-	537	520
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	5	(5)		
Total Não circulante	5	(5)	-	-

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 Rendas a receber

O saldo de R\$11.989 em 31 de dezembro de 2010 (R\$30.628 em 31 de dezembro de 2009), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 21).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
		<i>Ajustado</i>
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	21.253	23.435
PIS e COFINS - COSIT 27	2.086	
Outros	862	536
Total	24.201	23.971
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	30.410	29.981
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	350
PIS e COFINS	1.620	4.257
ISS	13	2
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.105	5.550
Outros	320	375
Total	34.487	40.515

7.1 PIS e COFINS – COSIT 27

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei nº 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

7.2 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 21.2). No exercício de 2010 foi retido o montante de R\$2.105.

Notas Explicativas

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Natureza dos créditos	31/12/2010			31/12/2009	
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total ajustado
Diferenças Temporárias - RTT					
Licenças Ambientais - CPC 25	2	1		1	1
Uso do Bem Público - CPC 25	3.961	990	356	1.346	7.875
Instrumentos financeiros - CPC 39	11.286	2.822	1.016	3.838	(3.837)
Total diferenças temporárias - RTT		<u>3.813</u>	<u>1.372</u>	<u>5.185</u>	<u>4.039</u>
Total Ativos Diferidos		<u>3.813</u>	<u>1.372</u>	<u>5.185</u>	<u>4.039</u>

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido ativo foi integralmente em contrapartida ao resultado do exercício.

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Total Não circulante
236	236	236	236	236	708	3.297	5.185

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas Explicativas

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2010	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	118,04	133	130			1.285	1.538
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	19	18			206	212
					152	148			1.491	1.750
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado (Nota 6)	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		7.402	22.358			148.826	113.055
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.398	6.126			40.774	44.744
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.189	2.144			14.271	17.526
	EDP Lajeado *	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033							55.303
					11.989	30.628			203.871	230.628
Partes relacionadas										
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				4.894	4.355	(389)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				44.015	38.865	(3.799)	
					-	-	48.909	43.220	(4.188)	-
					12.141	30.776	48.909	43.220	201.174	232.378
Total										

* Os direitos integrais da EDP Lajeado foram incorporados pela Lajeado Energia em 2009

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, acumulado em 2010:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

9.2.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	7	10	23
Remuneração fixa anual (em R\$)	126.848	261.742	90.000	478.590
Salário ou pró-labore	126.848	261.742	90.000	478.590
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	126.848	261.742	90.000	478.590

* (n/a) = Não Aplicável

Obs.: Dos 6 conselheiros de administração, apenas 3 são remunerados.
 Dos 7 diretores estatutários, apenas 2 são remunerados.
 Dos 10 conselheiros fiscais, apenas 5 são remunerados.

Notas Explicativas

9.2.3 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	Número de membros	6	7
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	63.336	134.175	18.000
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	9.500	55.567	18.000
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	25.370	87.247	18.000

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 7 de abril de 2010, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração de até R\$200 e da Diretoria de até R\$300, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais		620	403
Cauções e depósitos vinculados	559		
Total	559	620	403

11 Imobilizado

	Taxa anuais médias de depreciação %	31/12/2010			31/12/2009
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido Ajustado
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		114.518		114.518	114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	682.792	(111.733)	571.059	559.891
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,85	340.221	(70.195)	270.026	277.823
Máquinas e equipamentos	6,24	418.969	(101.729)	317.240	329.689
Veículos	20,00	903	(783)	120	218
Móveis e utensílios	7,12	1		1	1
		1.557.404	(284.440)	1.272.964	1.282.140
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3,47	45.766	(10.583)	35.183	36.641
		45.766	(10.583)	35.183	36.641
Administração					
Máquinas e equipamentos	9,98	1.277	(790)	487	525
Veículos	20,00	420	(42)	378	
Móveis e utensílios	10,00	505	(256)	249	289
		2.202	(1.088)	1.114	814
Total do Imobilizado em serviço		1.605.372	(296.111)	1.309.261	1.319.595
Imobilizado em curso					
Geração					
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		13.308		13.308	12.089
Outros		21.830		21.830	17.789
Total do Imobilizado em curso		35.138	-	35.138	29.878
Total Imobilizado		1.640.510	(296.111)	1.344.399	1.349.473

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009	Adições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Ajustado						
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	559.891	15.541	9.098	(13.472)	1	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	277.823			(7.797)		270.026
Máquinas e equipamentos	366.855	40	62	(14.047)		352.910
Veículos	218		420	(142)	2	498
Móveis e utensílios	290		7	(46)	(1)	250
Total do imobilizado em serviço	1.319.595	15.581	9.587	(35.504)	2	1.309.261
Imobilizado em curso						
Geração						
Depósitos judiciais	12.089	1.346			(127)	13.308
Outros	17.789	13.655	(9.607)		(7)	21.830
Total do Imobilizado em curso	29.878	15.001	(9.607)	-	(134)	35.138
Total do Imobilizado	1.349.473	30.582	(20)	(35.504)	(132)	1.344.399

12 Intangível

	31/12/2010			31/12/2009	
				Ajustado	
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20,00	779	(452)	327	482
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(5.886)	14.252	14.901
		20.917	(6.338)	14.579	15.383
Administração					
Software	20,00	244	(56)	188	180
		244	(56)	188	180
Total do Intangível em Serviço		21.161	(6.394)	14.767	15.563
Intangível em curso					
Geração		12.453		12.453	12.450
Administração		117		117	12
Total do Intangível em Curso		12.570	-	12.570	12.462
Total intangível		33.731	(6.394)	27.337	28.025

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009	Adições	Transferên- cia intangível em serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Ajustado						
Intangível em serviço						
Software	662		51	(198)		515
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	14.901			(648)	(1)	14.252
Intangível em curso	12.462	139	(30)		(1)	12.570
	28.025	139	21	(846)	(2)	27.337

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.570, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica		24
Encargos de uso da rede elétrica	158	68
Materials e serviços	1.871	3.178
Total	2.029	3.270

Notas Explicativas

14

Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R\$5.000;
- alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;

i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante	33.309	(37.338)	(8.161)	7.350	32.370	326	6.136	33.992
	33.309			7.350	32.370	326	6.136	33.992
Não circulante	32.317	-	-	-	(32.370)	(274)	327	-
	32.317	-	-	-	(32.370)	(274)	327	-

Notas Explicativas

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

Custo da dívida	31/12/2010			31/12/2009		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Moeda nacional						
Ações recebíveis cumulativa		4.014	76.861			83.567
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI	9	10.000			
Banco da Amazônia	11,5% a.a	4	637	247	7.632	636
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	390	51.419	575	46.745	98.175
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.		17		69	17
Total		403	66.087	822	54.446	182.395

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 31 de dezembro de 2010.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.

Este contrato não possui cláusula contratual restritiva (*covenants*)

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

Cédula de Crédito Bancário

Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R\$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato.

Ações recebíveis cumulativa

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Notas Explicativas

Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos)

	<u>Total</u>
Circulante	
2011	66.490
	<u>66.490</u>
Não circulante	
2012	50.751
2013	3.675
2014	3.381
2015	3.110
2016	2.861
2017	2.632
2018	2.422
2019	2.228
Após 2019	52.557
	<u>123.617</u>
Total	<u>190.107</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisiona	transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante							-		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.268	10.000	(54.411)	(12.126)	11.702	56.086		(29)	66.490
	<u>55.268</u>	<u>10.000</u>	<u>(54.411)</u>	<u>(12.126)</u>	<u>11.702</u>	<u>56.086</u>		<u>(29)</u>	<u>66.490</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	182.395					(56.086)	-		126.309
	<u>182.395</u>		-	-	-	<u>(56.086)</u>			<u>126.309</u>

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	41	40	
Pesquisa e desenvolvimento	102	93	17
Taxa de fiscalização - ANEEL	1		
Total	<u>144</u>	<u>133</u>	<u>17</u>

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 23).

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

Seque abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3.996	34.389
Ingressos		
Ajuste a Valor Presente	3.023	
Encargos e atualizações monetárias	(1.099)	13
Amortizações	(3.797)	
Transferência para o circulante	1.247	(1.247)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u>3.370</u>	<u>33.155</u>

Notas Explicativas

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009
	Ajustado	
Folha de pagamento	1.114	566
INSS e FGTS	210	192
Total	1.324	758

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2010.

19 Provisões

	31/12/2010	31/12/2009
	Ajustado	
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	5.449	1.269
Licenças ambientais	17.886	678
Total	23.335	1.947
Circulante	9.167	
Não circulante	14.168	1.947
	23.335	1.947

19.1 Provisões Cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo				Ativo		
		Saldo em		Saldo em		Depósito Judicial		
		31/12/2009	Adições	Pagamento	Reversões	31/12/2010	31/12/2009	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	444	836	(209)	(20)	1.051	494	338
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	825	4.158	(537)	(48)	4.398		
Total		1.269	4.994	(746)	(68)	5.449	494	338

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 é de R\$13.308 (R\$12.089 em 2009) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		31/12/2010	31/12/2009	Depósito Judicial	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	275	21	83	59
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	69.576	62.213	37	
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	179			
Total		70.030	62.234	120	59

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 19.1.1.2.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R\$6 em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Nota 10).

Notas Explicativas

19.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$17.886 em 31 de dezembro de 2010 (R\$678 em 2009) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. Em 09 de fevereiro de 2010, a Companhia obteve a renovação da licença de operação, onde registrou-se o montante de R\$15.815 referente a estes custos em contrapartida a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo portanto tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

20 Benefício pós-emprego

De acordo com a Lei nº 9656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14/04/2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação. Através de nossos atuários, a Companhia está avaliando os possíveis impactos. Ainda assim, numa análise preliminar, identificou-se que o risco não será material tendo em vista que: i) enquadram-se neste modelo 81 funcionários com 153 dependentes ativos no plano de saúde, com idade média de 37 anos; ii) o turnover da Companhia é baixo e, iii) para o 1º semestre de 2011, será revisto o modelo atual de assistência médica, para adequar as demais Companhias do Grupo EDP, com a exclusão da cobrança da parcela fixa mensal para uma co-participação em consultas e exames.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

31/12/2010												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

31/12/2009												
Em milhares de ações												
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	737	4,52	1.031	20,00			133.320	16,96
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	258	1,58	361	7,00			46.662	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	7.013	43,06	3.764	73,00			490.944	62,42
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,26			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro acima para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

Notas Explicativas

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$15.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido apurado no exercício	68.314
Ajuste de exercícios anteriores	58.122
Lucro líquido ajustado	126.436
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(6.322)</u>
	120.114
Destinação do lucro:	
Dividendos	<u>30.029</u>
Dividendos intermediários - JSCP	15.000
Dividendos complementares do exercício	15.029
Constituição da reserva de retenção de lucros	90.085
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,017788
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "A"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "C"	0,036691
Dividendos por ação JSCP preferencial Classe "R"	0,012230
Dividendos por ação ordinária	0,033029
Dividendos por ação preferencial Classe "A"	0,014126
Dividendos por ação preferencial Classe "B"	
Dividendos por ação preferencial Classe "C"	0,014126
Dividendos por ação preferencial Classe "R"	

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se a ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

Notas Explicativas

21.3.2 Reservas de lucros

	31/12/2010	31/12/2009
Reserva legal	17.772	11.450
Reserva de retenção de lucros	90.085	
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Total	202.426	106.019

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009
Lajeado Energia S.A.	16.175	18.035
EDP - Energias do Brasil S.A.	508	639
CEB Lajeado S.A.	4.415	4.985
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.545	1.745
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	91	350
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	90
Acionistas não controladores	3.739	3.474
Total	26.496	29.318

23 Receita operacional líquida

	MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamento			203.871	230.628
Suprimento de energia elétrica	44.692	44.673	5.020	5.192
Energia de curto prazo			460	620
Serviços taxados e outros			627	231
			209.978	236.671
(-) Deduções da receita				
Pesquisa e desenvolvimento			(55)	(53)
PIS/COFINS			(19.423)	(21.914)
			(19.478)	(21.967)
Total	44.692	44.673	190.500	214.704

(*) Não auditado

Notas Explicativas**24 Gastos operacionais**

	2010					2009
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Ajustado
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Energia de curto prazo - CCEE	123					94
Encargo de uso e conexão	1.322					1.381
PIS/COFINS	(133)					(136)
Taxa de fiscalização					16	15
Compensações financeiras					198	199
	<u>1.312</u>				<u>214</u>	<u>1.526</u>
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.015		4.563		9.578
Material		617		283		900
Serviços de terceiros		3.712		7.337		11.049
Depreciação e Amortização		35.935		415		36.350
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			4			4
Provisões para contingências					1.413	608
Aluguéis e arrendamentos		34		330		364
PIS/COFINS				(1.918)		(1.918)
Outras		58	300	1.993		2.351
		<u>45.371</u>	<u>304</u>	<u>13.003</u>	<u>1.413</u>	<u>60.091</u>
Total	<u>1.312</u>	<u>45.371</u>	<u>304</u>	<u>13.003</u>	<u>1.627</u>	<u>61.617</u>

25 Resultado financeiro

	2010	2009
		Ajustado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.776	2.102
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	307	33
Remuneração ações preferenciais	4.720	4.720
Outras receitas financeiras	256	355
	<u>7.059</u>	<u>7.210</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(20.634)	(35.369)
Variações monetárias moeda nacional	(7.276)	(7.698)
Ajustes a valor presente	(5.758)	12.255
Atualização monetária contratos de mútuo	(4.188)	
Outras despesas financeiras	(422)	(668)
	<u>(38.278)</u>	<u>(31.480)</u>
Total	<u>(31.219)</u>	<u>(24.270)</u>

Notas Explicativas

26 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
		Ajustado		Ajustado
Lucro antes do IRPJ e CSLL	97.664	129.084	97.664	129.084
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(24.416)	(32.271)	(8.790)	(11.618)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(49)	(180)	(18)	(65)
Perdas indedutíveis		(32)		(11)
Despesas indedutíveis	(56)	(172)	(20)	(62)
Pesquisa e desenvolvimento	1			
Juros sobre o capital próprio	3.750	9.250	1.350	3.330
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(916)	1.062	(330)	381
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	31			
Incentivos fiscais				
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet	34	400		
Desporto		137		
FIA	55	110		
Despesa de IRPJ e CSLL	(21.542)	(21.672)	(7.808)	(8.045)
Alíquota Efetiva	22%	17%	8%	6%

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2010
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	6.681

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas**28.2 Valor justo**

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, rendas a receber, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, encargos regulamentares e setoriais e uso do bem público. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.912	6.152	3.912	6.152
Rendas a receber	11.989	30.628	11.989	30.628
Concessionárias	537	520	537	520
Cauções e depósitos vinculados		559		559
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.029	3.270	2.029	3.270
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	65.878	55.135	66.490	55.268
Debêntures	35.282	35.452	33.992	33.309
Encargos regulamentares e setoriais	144	133	144	133
Uso do bem público	3.370	3.996	3.370	3.996
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	122.480	181.958	123.617	182.395
Debêntures		34.396		32.317
Partes relacionadas	48.909	43.220	48.909	43.220
Encargos regulamentares e setoriais	17		17	
Uso do bem público	33.155	34.389	33.155	34.389

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

31/12/2010				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		3.912		3.912
Rendas a receber	11.989			11.989
Concessionárias	537			537
	<u>12.526</u>	<u>3.912</u>	<u>-</u>	<u>16.438</u>
Passivos financeiros				
	Outros ao custo amortizado	Total		
Fornecedores	2.029	2.029		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	190.107	190.107		
Debêntures	33.992	33.992		
Encargos regulamentares e setoriais	161	161		
Partes relacionadas	48.909	48.909		
Uso do bem público	36.525	36.525		
	<u>311.723</u>	<u>311.723</u>		

Notas Explicativas

31/12/2009				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		6.152		6.152
Rendas a receber	30.628			30.628
Concessionárias	520			520
Cauções e depósitos vinculados			559	559
	31.148	6.152	559	37.859
	Outros ao custo amortizado	Total		
Passivos financeiros				
Fornecedores	3.270	3.270		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				
Debêntures	237.663	237.663		
Encargos regulamentares e setoriais	65.626	65.626		
Partes relacionadas	133	133		
Uso do bem público	43.220	43.220		
	38.385	38.385		
	388.297	388.297		

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2010	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.912	3.912
	3.912	3.912

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES, Banco da Amazônia, Banco Alfa, entre outros. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, IGP-M e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP, IGP-M e CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa Selic, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	5.752	7.190	8.628	4.314	2.876
Debêntures	IGP-M	1.444	1.805	2.166	1.083	722
Cédula de crédito bancário	CDI	268	335	402	201	134
Valor de referência						
CDI - 10,0%						
TJLP - 6,0%						
IGP-M - 5,0%						

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2010 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

	31/12/2010				
	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2012 até 2014	Vencimentos de 2015 até 2016	Vencimentos acima de 2016
Obrigações contratuais					
Debêntures	33.992	33.992			
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	190.107	66.490	57.807	5.971	59.839
	<u>224.099</u>	<u>100.482</u>	<u>57.807</u>	<u>5.971</u>	<u>59.839</u>
	31/12/2009				
	Total	Vencimentos em 2010	Vencimentos de 2011 até 2013	Vencimentos de 2014 até 2015	Vencimentos acima de 2015
Obrigações contratuais					
Debêntures	65.626	33.309	32.317		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	237.663	55.268	98.828	6.530	77.037
	<u>303.289</u>	<u>88.577</u>	<u>131.145</u>	<u>6.530</u>	<u>77.037</u>

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, rendas a receber, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

29

Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2010 foram de R\$5.682 sendo R\$4.897, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$785 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Esta informação encontra-se no Relatório da Administração.

Proposta de Orçamento de Capital

Em cumprimento da alínea “g” do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade, a Companhia constitui Reserva de Investimento.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Relatório da Administração e nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-S-TO

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC SP-141128/O-2-S-TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluímos, por unanimidade, dos presentes, que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral. Os votos se acham à disposição nos escritórios da Companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31.12.2010.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31.12.2010.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Miguel Normando Abdalla Saad
Diretor Vice-Presidente

Carlos Alberto Santiago
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica